

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 80.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 22 de Maio de 1973 — (3.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados David Federmann e Borsari Neto.

As 1400 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Emilio Carazzai — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Fuad Nacli — Ovidio Franzoni — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada a apreciação de Vetos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 124/73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 17/72, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a Agostinho Corrêa de Bitencourt. Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Aprovado o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 23, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 81.ª Sessão Ordinária Realizada em 22 de Maio de 1973 — (3.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Ivo Tomazoni.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes (41); achando-se ausentes, os seguintes Srs. Deputados: Antonio Lopes Júnior — Fuad Nacli — Ovidio Franzoni — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE:**

OFÍCIOS:

— Do Senhor Antonio Pedreira, Diretor Responsável pela Empresa Jornalística de "O PODER" Ltda., superindo aos Representantes desta Casa através de Requerimento e indicação para que nosso Estado preste homenagem a Alberto Santos Dumont, pela passagem de seu Centenário bem como, encaminhando cópia do Dec. do Presidente da República que instituiu uma Comissão de alto nível encarregada de organizar e executar as comemorações. — Ao conhecimento da Casa.

— Do Senhor Mateus Biazzi Presidente da Câmara Municipal de Cianorte, informando que em Sessão realizada por aquele Legislativo, aprovou Requerimento de autoria do Senhor Vereador Euler Gonçalves requerendo o envio de ofícios aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República e Ministro do Trabalho e Previdência Social, solicitando anestesia geral para as multas, juros de mora e correção monetária sobre débitos levantados pelo INPS relativos a mão de obra empregada em construções particulares, de 1965 até a data atual. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n.º 172-73, do Senhor João Baptista Ciuffo, Presidente da Câmara Municipal de Bragança Paulista — SP encaminhando cópia do Requerimento de n.º 42-73, de autoria do Senhor Vereador Dr. Arnaldo Martins

Nardy e outros, juntamente com a cópia autêntica da Carta de Guaxupé propositura essa que mereceu apoio unânime daquela Câmara, substanciada numa justa reivindicação dos cafeicultores brasileiros. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Igo Losso solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 46-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer que seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pirajá de Araújo ocorrido na cidade de Palmas.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1973.

(a) — Arzyone Araújo

PS. Fede-se dar ciência à família enlutada.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos Trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pirajá Alípio Araújo ocorrido na cidade de Palmas.

Filho de tradicional família daquela comuna, o extinto sempre liderou, com sua inteligência e prudência uma lacuna difícil de ser preenchida dentre os homens que ajudaram a engrandecer o nosso Estado.

Requer outrossim, seja enviada cópia deste Requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1973.

(a) — Domicio Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

Amparado no Regimento Interno e após ouvido o Plenário, o Deputado que adiante subscreve, requer seja endereçado apelo ao Presidente da Telepar no sentido que seja estendida a rede de telefone até o Município de Querência do Norte.

O presente pedido justifica-se pelo fato de ser aquele Município de crescente progresso onde se desenvolve uma agricultura e pecuária notáveis. Ressente-se a população local da falta de uma comunicação rápida, por meio de telefone com os maiores centros comerciais e consumidoras do Estado e do País. O apelo desta Casa, certamente será ouvido pelos técnicos da TELEPAR, responsáveis pelo planejamento e instalação de novas redes telefônicas.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1973.

(a) — Wilson Fortes.

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma em que dispõe o Regimento Interno e fazendo uso de suas prerrogativas, o Deputado que o presente subscreve requer, após ouvido o Plenário seja formulado um apelo ao Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, no sentido de que sejam tomadas as providências que se fizerem necessárias, através da Divisão de Obras Especiais e Combate à Erosão do Departamento de Edificações e Obras Especiais para combater a erosão que vem desde há muito trazendo graves prejuízos ao Município de Munhoz de Melo.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1973.

(a) — Muggiati Filho.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem requerer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 26-70 de autoria do nobre Deputado João Mansur considerando que o mesmo já possui pareceres de todas as Comissões, encontrando-se portanto, em condições de ser apreciado pelo Plenário da Casa.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1973.

(a) — Sebastião Rodrigues Júnior.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer à Mesa, ouvido o Plenário: I. Adiantamento da discussão do Projeto de Lei n.º 59-73, por 15 (quinze) Sessões.

II — Anexação ao pré-citado Projeto, do de n.º 84-73, em virtude de tratar da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1973

(a) — Emilio Carazzai.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 98-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º) — O atual Grupo Escolar de Santa Amélia passa a chamar-se Grupo Escolar "Francisco da Silva Leal".

Art. 2.º) — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) — Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

Homenagear aqueles que, imbuídos da disposição se tornarem úteis à coletividade, dedicam uma vida inteira em prol do progresso de um Município além da iniciativa representar um reconhecimento necessário e oportuno, traduz imperiosa imposição de se legar às gerações futuras os sentimentos da brasilidade que unifica o povo, permitindo a continuidade do culto de admiração e respeito aos que contribuíram para o engrandecimento de uma cidade, de um Estado e do próprio Brasil.

O Plano de Lei, pela justificativa sucinta apresentada e pela que possa ser acrescida demonstra ser oportuno, motivo por que o Autor acredita venha a merecer apoioamento aprovação e sanção.

Projeto de Lei n.º 99-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Art. 1.º) — O atual Ginásio Estadual de Santa Amélia passa a ter a denominação de "Ginásio Estadual Carliro Gomes dos Santos".

Art. 2.º) — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1973

(a) — Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

O Plano de Lei pretende a prestação de homenagem-póstuma a um homem público que, com devotado amor ao pujante Município, devotou sua existência ao bem estar coletivo quem a frente do Executivo Municipal, quer como Vereador, por diversas legislaturas. Desfrutando da estima popular, tombou vítima da sanha criminosa dos derrotados. Pelas suas realizações em favor do progresso de Santa Amélia, a perpetuação do seu nome demonstra o reconhecimento de um povo além de significar modesta homenagem à memória de quem ofereceu a própria vida em holocausto aos ideais que defendia.

Pela justificativa apresentada pelo que poderá ser acrescido o presente Plano de Lei está a merecer sua aprovação e sanção.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE — concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente srs. Deputados.

Vários jornais da Capital e do Estado, nos últimos 3 dias deram um certo destaque para com a notícia de que em Paranaguá, vários comeceiros que faziam uma refeição num restaurante, teriam tido uma violenta intoxicação e dois deles haviam morrido.

Jornais de hoje, como a "Folha de São Paulo", o "Estado de São Paulo" e a "Gazeta de Notícias", publicaram a mesma notícia. Na coluna "Nota Econômica" subscrita pelo jornalista Joelmir Beting, da "Folha de São Paulo" coluna das mais lidas deste conceituado jornal, diz o seguinte: — "Motoristas de Caminhões carregados de soja e milho; jantaram camarões numa churrascaria de Paranaguá; dois morreram e 7 foram hospitalizados. A desgraça mostra que o Brasil, que é capaz de exportar soja e milho mas incapaz de interiorizar o pescado marítimo. E Paranaguá é Porto imaginem os camarões de Cuiabá".

É evidente, srs. Deputados; que esta nota foi recebida em Paranaguá com muita reserva e insatisfação.

Paranaguá, sabem o Senhor Presidente os srs. Deputados, que é internacionalmente conhecida como a cidade dos melhores camarões do mundo; não falo isto por ter nascido em Paranaguá, mas porque aquele camarão branco legítimo que é saboreado por todo o mundo; é identificado como o melhor camarão que existe em toda a parte.

Esta campanha, não digo o mendereço certo apenas os jornais mal avisados com notícias que carecem de fundamento; publicam esta matéria. Na realidade não morreu ninguém em Paranaguá em consequência de ter comido camarão que estivesse em estado de decomposição; foi uma simples intoxicação. E aqui temos Deputados médicos que sabem que é muito comum, quando se ingere alimentos impróprios. Mesmo em certas ocasiões na minha própria residência, meus convidados no dia seguinte têm uma pequena indisposição. Foi o que aconteceu quando estes motoristas comeram uma maionese. E como a imprensa deu destaque mais ou menos significativo, isto põe em risco a indústria do turismo em Paranaguá, que vive entre outras coisas; do turismo. São milhares e milhares de pessoas que descem não somente para conhecer a beleza da rodovia e também da ferrovia e vão saborear nossos

pescados.

Faria um apelo patético à imprensa que nos assiste a opinião pública, dizendo o que aconteceu. Não morreu ninguém. Apenas ingeriram alimentos que lhe deram uma intoxicação.

E, para que Paranaguá não sofra este descrédito, por parte dos turistas que para lá afluem diariamente a imprensa dessa Casa que noticie em defesa da verdade que eu acabei de relatar nesta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lendo): "Com satisfação ocupo a Tribuna, neste Pequeno Expediente, para dar conhecimento à Casa que amanhã será levada a efeito uma reunião de Reitores de Universidades e diretores de Faculdades ou Escolas Isoladas. A reunião convocada pelo Vice-Reitor em Exercício, da Universidade Federal do Paraná, Prof. Dr. Eduardo Correia Lima visa estudar os problemas que envolvem a unificação regional dos concursos para o acesso ao ensino superior prevista na Portaria n.º 113, BSB, do Ministério da Educação e Cultura e se viável será estabelecida a criação do CESCANSUL — Centro de Seleção dos Candidatos ao Ensino Superior do Paraná.

Vale ressaltar que o Magnífico Reitor em Exercício e o Prof. Nelson de Luca, Presidente da Comissão Central do Concurso Vestibular, da Universidade Federal do Paraná, estiveram no dia 15 de maio último na Universidade Federal de Santa Catarina, mantendo entendimentos para a unificação regional dos concursos vestibulares.

Foram debatidas, na oportunidade, as vantagens da instituição de um sistema de unificação regional tendo sido apresentada a idéia da criação da CESCANSUL — Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Sul do País, sob a forma de uma fundação, com sede — e isto é muito importante — na cidade de Curitiba.

A finalidade básica de tal unificação é a de assegurar aos candidatos a possibilidade de concorrer simultaneamente, mediante opções previamente manifestadas, na forma em que dispuser a regulamentação do concurso a todas as vagas oferecidas em área de primeiro ciclo, curso carreira ou área de ciclo profissional das instituições que participam do sistema. Há também, um forte estímulo à consecução de tal objetivo, pois no exame dos

pedidos de assistência financeira terão preferência as instituições da rede particular que comprovem ter-se ajustado à fixação ministerial de dia e hora para o início do concurso vestibular e, mais especialmente a participação num plano de usificação regional.

Faço, Sr. Presidente, srs. Deputados esse registro como um testemunho do louvável esforço do Magnífico Reitor em Exercício Prof. Eduardo Correia Lima e do Senhor Presidente da Comissão Central do Concurso Vestibular Prof. Nelson de Luca, que em consonância com a Diretoria do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério de Educação e Cultura, procuram estimular a benéfica unificação regional dos concursos para o acesso ao ensino superior".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sabemos que o esporte é povo, que o esporte é saúde e temos notado nestes últimos dias um descontentamento geral nos meios esportivos de nosso Estado, com relação à não inclusão do Colorado no Campeonato Nacional.

Mas, não vem aí somente a questão do Colorado. É que como disse no início, o esporte é povo e esta Assembléia como representante do povo que é não poderia ficar alheia a este problema que está afligindo os esportistas do Paraná.

Venho à Tribuna hoje dizer que o povo do Paraná, os esportistas do Paraná, desconhecem completamente o critério para o ingresso de um Clube num Campeonato Nacional. Fica o ingresso de determinados Clubes a critério dos altos dirigentes do esporte nacional.

Nestas condições ocupa a Tribuna na tarde de hoje, quando apresento um Requerimento que diz o seguinte: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ata dos trabalhos de hoje, de uma Moção de solidariedade ao Colorado Esporte Clube pela posição assumida de retirar a sua equipe principal da disputa do Campeonato Paranaense de Futebol.

Tal posição como todos sabem, foi tomada em face da desconsideração de que, foi vítima ao não ser incluído no Campeonato Nacional deste ano. Na noite de ontem o Conselho Deliberativo do Clube, em reunião memorável, ratificou unanimemente a decisão tomada pelo Conselho Diretor.

Solicita-se, ainda, seja enviado telex ao Excelentíssimo Senhor General Emílio Garrastazu Médica, Digníssimo Presidente da República do Brasil, ao Ministro da Educação, Presidente da C.N.D. e ao Presidente da C.B.D., pedindo que sejam estabelecidos critérios justos na escolha dos participantes do Campeonato Nacional.

Da decisão da Casa, pede-se, seja dada ciência ao Presidente do Colorado Esporte Clube.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1973".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no início de nosso pronunciamento dissemos que, até hoje, não sabemos qual o critério adotado pela CBD para o ingresso de um clube no Campeonato Nacional.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alvaro Dias, quarto orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Futebol, realmente, faz prate da vida brasileira. Por esse motivo ele deve ser enfocado nas Assembléias Legislativas. Hoje, recebendo a inspiração do orador que nos antecedeu, queremos também demonstrar a nossa preocupação em razão do descalço com que os dirigentes nacionais do nosso "esporte rei", olham para o nosso Estado, para o esporte no Estado do Paraná.

Quero trazer a esta Casa a preocupação do Norte do Estado. Sabe-se que a CBD tem o objetivo de exterminar com os campeonatos regionais, fazendo realizar apenas, em todo o País, o campeonato nacional. Se realmente essa decisão vier a prevalecer, os clubes interioranos, por certo, se transformarão em clubes amadores. Por isso, o Norte do Paraná, sobretudo Londrina, o seu centro maior vem se preocupando através dos seus esportistas com a construção de um grande estádio de futebol para que possa o Interior do Paraná ser também incluído nos certames nacionais de futebol. Mas, diante da apreensão em relação aos destinos do futebol aqui na Capital, os homens que com muita disposição pretendem iniciar uma campanha no sentido de construir, em Londrina, um grande estádio, estão apreensivos. E nós dirigimos um apelo aos responsáveis pelo esporte maior de nosso País, para que se estabelecesse, desde já, um critério a respeito de como ingressar nos campeonatos nacionais num futuro próximo. Como se sabe a CBD possui um calendário que vai até o próximo ano e não sabemos qual será o calendário da entidade dirigente do esporte maior no Brasil, para 1975. E não se sabe o que pretende a CBD em 75. Os Clubes se encontram numa nebulosa sem saber o que devem procurar para seu fortalecimento e engrandecimento. Esses clubes não possuem condições de prever o futuro em se tratando de decisões a cargo da Confederação Brasileira de Desportos.

Gostariamos neste breve pronunciamento, contando é claro com o apoio da imprensa da Capital do Estado de sensibilizar também as autoridades responsáveis pelo esporte paranaense, no sentido de prestarem sua colaboração para que o Norte do Paraná possa construir um grande estádio, capaz de fazer com que aquela região possa ter um clube disputando no certame nacional.

Seria um benefício, não apenas àquela populosa região, mas seria em última análise um benefício ao esporte do Paraná, uma divulgação maior de nosso Estado no cenário nacional. Londrina sem dúvida alguma, com muito mérito, comportaria um grande estádio de futebol, já que é o maior centro populacional de nosso Estado, comportando em torno de si o maior índice de habitantes de nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, pretendemos ainda de forma mais prática voltar a este assunto. Apenas hoje viemos à Tribuna, sem maior preparo, graças a inspiração que nos forneceu a matéria apresentada pelo Deputado Fabiano Braga Cortes.

Fica aqui o registro da intenção dos desportistas do Norte do Paraná, principalmente de Londrina, de construir naquela cidade, com apoio da Prefeitura Municipal — e quero crer o apoio total também das autoridades do esporte paranaense — um ginásio capaz de fazer com que o Norte fosse representado também no Campeonato Nacional. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a Hora do Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitamos nossa inscrição para registrar da Tribuna um ofício que estamos recebendo do ilustre Líder do Governo do Estado, Deputado Cândido Martins de Oliveira, contendo xerox das explicações do arquiteto Marcos Loureiro Prado, Diretor do DETRAN, a respeito das críticas formuladas ao Diretor do Detran, através desta Tribuna.

As explicações são longas porque ele tenta elucidar dúvidas e também justificar essa febre de multas que infestam não apenas Curitiba mas também todo Paraná e até mesmo o abuso de autoridade por parte do Diretor do Detran, que em determinadas ocasiões exorbita de suas atribuições.

Lamentavelmente nas explicações que estamos recebendo, pudemos verificar que o Diretor do Detran está aéreo, pois ele tenta justificar o problema do trânsito no Paraná, com um livro sobre aviação. Então pudemos notar assim que o Diretor do Detran continua aéreo, ao citar, para justificar as críticas dirigidas ao órgão encarregado do trânsito, o livro "The Profer Study of Manhind" de Stuart Chase, sobre aviação. Procuramos resumir...

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado Antônio Belinati, V. Exa. deve ter recebido essa cópia no dia de hoje pela manhã, provavelmente por esse motivo não teve tempo suficiente para ler integralmente o documento que tem em mãos.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Li.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Se leu, não entendeu perfeitamente. O livro citado que trata de tráfego aéreo, como disse V. Exa., se refere ao teste psicotécnico implantado nos Estados Unidos para seleção de pessoal que trabalharia em aviação. Justificando a situação S. Exa. o Diretor do Detran cita o livro não que esteja o Diretor usando o tráfego aéreo como exemplo do tráfego de Curitiba como V. Exa. pretendeu entender.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Foi feita uma crítica e S. Exa. o Diretor do Detran cita o problema da aviação em relação ao trânsito de Curitiba. Agora S. Exa. pretende implantar o sistema de televisão para controlar o trânsito; o dinheiro gasto nisso talvez desse para a construção de mais algum viaduto em Curitiba a fim de resolver o problema do trânsito.

Em sua justificativa o Sr. Diretor do Detran cita o baixo ordenado da Polícia Militar e diz que dentro das condições brasileiras e do que recebem como pagamento é o que pode fazer a Polícia Militar, naturalmente referindo-se ao trabalho do pessoal da guarda responsável pelo trânsito em nossa Capital.

Quase todas as semanas estamos cobrando do Sr. Governador um aumento para o funcionalismo. Entendemos que o funcionário público deve ser bem remunerado. No nosso entender o funcionário público do Paraná é, quem sabe, o mais mal pago do Brasil.

Há muito tempo estamos ocupando esta Tribuna para reivindicar ao Sr. Governador, em nome do funcionalismo público, do pessoal da Polícia Militar, enfim em nome de todos que dependem da vontade de S. Exa. o aumento de vencimentos. Não houve resposta.

Queremos dizer que o baixo rendimento da Polícia Militar não justifica, em hipótese alguma, esta companhia violenta e atentatória aos direitos humanos que é praticada por certos elementos que, às vezes, chegam a faltar com o respeito não apenas para com o cidadão comum como para pessoas investidas de poderes como Deputado desta Casa pôde presenciar.

Gostaríamos de analisar outro aspecto da justificativa referente às multas que diz que foi para arrecadar mais, em 71, antes da criação do Funrestran. Em 72, quando foi implantado o Funrestran, a arrecadação foi menor que em 71. Gostaria de lembrar ao Sr. Marcos Prado que o pronunciamento feito foi com relação a multas recentes como o caso da firma Engesol, estacionamento privativo; e recentemente o ex-Diretor desta Casa, Fausto Abry ao estacionar seu veículo em frente aos Móveis Ronconi, foi multado. O guarda entendeu que era estacionamento privativo de Móveis Ronconi e multou, porém foi mais inteligente não colocou na papelada pois se tratava de um servidor público e que esse estacionamento o guarda entendia ser de uma firma comercial.

Com relação a essas multas, o que se deduz é que o DETRAN resolveu impulsionar o trabalho de fiscalização e autuação.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Desculpe, nobre Deputado se o interrompo, mas ocorre que eu conheço o documento que V. Exa. tem em mãos e não posso me permitir que V. Exa., bem intencionado, interprete mal o que está escrito, com relação ao estacionamento na frente dessa firma.

Fediria que V. Exa. lesse o trecho da informação que V. Exa. tem em mãos, a informação do Dr. Marcos Prado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Eu vou explicar: no dia seguinte ao fato que nós explicamos na Tribuna alguém do DETRAN foi lá e retirou a placa, na qual havia o nome do DETRAN. Se alguma firma está abusando do nome do DETRAN, não competia apenas ao DETRAN retirar a placa, mas, tomar providências contra um estabelecimento que afixou na porta do seu estabelecimento uma placa, usando o nome do DETRAN.

Nós temos aqui, um funcionário, que foi multado de frente a Móveis Ronconi e temos testemunhas disso. Apesar de não constar do seu talão de multas, ele foi multado em pleno centro de Curitiba, em nome da defesa de uma organização comercial. Mas se V. Exa. quiser que procedamos a leitura, nós o faremos com muito prazer.

(Lê): Não existe local de estacionamento privativo. Se o guarda olhou os cavaletes que a própria loja colocou, esta multa jamais conseguirá passar pela análise do comando do Batalhão de Controle de Tráfego, não chegando ao DETRAN).

Então nós já explicamos, não era cavalete, era uma placa ali colocada, onde um cidadão acabou sendo multado.

Com relação aos exames psicotécnicos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós vemos à primeira vista que, no caso específico do Paraná, há uma profissão que está impedida de trabalhar em matéria de trânsito, que é o psicólogo. É o psicólogo que frequentou durante muitos anos uma escola superior, para conseguir se tornar um profissional e, no Paraná, o DETRAN não aceita o exame feito por esse psicólogo. Então há realmente no Paraná uma profissão que não pode trabalhar, porque o DETRAN não lhe dá condições. Não aceita o trabalho dessa categoria profissional, que é exatamente o psicólogo. Para esses elementos, a escola que eles frequentaram, a escola superior está tendo pouco valor, exatamente em função da vontade do Dr. Marcos Prado, Diretor do DETRAN, entregar à entidades particulares a realização dos exames psicotécnicos.

Vemos aqui o seguinte: de acordo com os próprios esclarecimentos do Diretor do DETRAN que, dentro de 4 anos o DETRAN vai realizar 350.000 exames psicotécnicos no Paraná, e nós já fizemos o levantamento, teremos um total, em dinheiro — aqui não diz no relatório mas já providenciamos — teremos um total em dinheiro, que será arrecadado, de 12 milhões e 600 mil cruzeiros, ou seja, 12 bilhões e 600 milhões antigos. E o quanto será arrecadado através da realização do exame psicotécnico que vai propiciar ao DETRAN 15% de arrecadação, em equipamentos. Diz aqui o relatório que o DETRAN não vai ver nenhuma importância em dinheiro, mas apenas a sua parte, a parte que cabe ao DETRAN será exatamente através de equipamentos.

Temos outra justificativa do DETRAN e que comprova que o exame psicotécnico é falho, é deficiente, quando afirma Sua Excelência atendendo e respondendo a uma pergunta que nós dirigimos ao Sr. Secretário de Segurança Pública, que no total de candidatos reprovados em exames psicotécnicos e que se submetem a exames posteriores, 83% deses candidatos, quando submetidos a novo exame, acabam recebendo aprovação.

Há candidatos que prestam exame hoje, dentro de alguns dias voltam a prestar um novo exame, e de cada cem pessoas que levaram bomba no primeiro, 83% quando se submete a um novo teste, são aprovados, e estão aptos a dirigir um veículo de alto motor.

O paranaense que não conseguiu na primeira prova ser aprovado, é muito inteligente se conseguir às vezes em questão de dias, a sua aprovação, o que vem comprovar um psicotécnico deficiente, um exame fajuto, o que é uma fonte comercial para aquele órgão, — o DETRAN.

Porque vemos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o DETRAN ao exigir o exame psicotécnico para o motorista amador, está passando por cima de uma lei assinada pelo Sr. Presidente da República. Lei esta publicada no Diário Oficial da União, a Resolução n.º 449/72, de 17 de fevereiro de 72, publicado no Diário Oficial, de 10 de março de 72, na página n.º 2665. O Diretor do DETRAN justifica o exame psicotécnico para amadores exatamente, usando a Resolução Federal 449/72. E nós vemos que esta Resolução não dá direito ao DETRAN de fazer exames psicotécnicos para motorista amador. Procederemos a leitura do Artigo que instituiu no Brasil o Exame Psicotécnico:

"Art. 41 — Diz o Artigo 1.º em que o Diretor do DETRAN fundamenta a sua justificativa.

"É obrigatório o exame psicotécnico para os candidatos à obtenção da Carteira de Habilitação da categoria de motorista profissional".

Portanto, o Sr. Diretor do DETRAN, diz na sua justificativa que o exame psicotécnico foi instituído no Paraná, para motorista amador, baseado no artigo 41 da Resolução 449/72.

Mas esta Resolução diz que o exame psicotécnico é para candidatos à obtenção de carteira nacional de habilitação da categoria de motoristas profissionais.

Esta mesma lei, já previu o psicotécnico para motorista amador, desde que o DETRAN se aparelhasse convenientemente desde que o DETRAN estivesse em condições de ministrar o exame. Diz o Artigo que, "a medida em que os órgãos de Trânsito se aparelhassem, o exame será extensivo aos candidatos à obtenção da carteira nacional de habilitação da categoria de motorista amador".

"Portanto, sr. Presidente, srs. Deputados vemos o caso do Paraná que se argumenta da validade de um exame dando como justificativa uma resolução federal que não dá em momento algum, o direito ao DETRAN de exigir um exame psicotécnico que levasse em consideração uma atitude como esta que está se processando naquele órgão. O DETRAN não está aparelhado, tanto é verdade que este exame vem sendo feito por entidade particular e não pelo DETRAN, porque este reconhecesse a sua deficiência inclusive de equipamentos e de ordens financeiras como diz o ofício do Sr. Diretor do DETRAN. E assim sendo, o DETRAN jamais poderia exigir do motorista amador, o exame psicotécnico. Como também o artigo desta Resolução que não vem sendo respeitado. Quando o motorista profissional for reprovado no exame psicotécnico ele terá direito a um novo exame, com a presença do médico do órgão de Previdência para a qual contribui.

E o Sr. Diretor do Detran justifica dizendo que o DETRAN tem médico e não há necessidade do médico do órgão de previdência.

Vemos que o Diretor quando lhe interessa dá interpretação diferente para uma lei federal.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Se V. Exa. ler com mais atenção a informação do DETRAN, vai observar que o propósito do DETRAN é de não entrar o processo; se o médico do órgão previdenciário ao qual o motorista estiver filiado, não puder comparecer, por qualquer razão não há de ser isso que vai impedir um novo exame porque o DETRAN reconhece que um profissional não pode ficar impedido de exercer sua profissão. E no sentido de facilitar e não de criar percalços. Veja V. Exa. é este o espírito da informação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Se é para favorecer o motorista, seria uma grande contribuição do DETRAN, respeitar uma lei federal que é o direito que o motorista tem de prestar novo exame na presença do seu médico.

Com relação ao caso das multas que o DETRAN diz que foram aplicadas mais de 100 mil multas para 23 mil veículos; e ainda diz que quem quiser pode recorrer da multa. Mas o mesmo ofício diz que das 100 mil multas aplicadas, nem 500 recursos tiveram procedência.

Houve o caso de um funcionário que teve o seu carro autuado no ano passado em mais de 700 cruzeiros. Ele foi várias vezes ao DETRAN e mandaram-no voltar depois para entrar com recurso para evitar as multas que julgava impropriedades. Resultado: — preferiu pagar a perder tanto tempo esperando pela boa vontade dos responsáveis pelo DETRAN.

Era este o pronunciamento que tínhamos com respeito à última explicação do Sr. Diretor do DETRAN, numa tentativa do Arquiteto Marcos Prado, em justificar as multas aplicadas.

Inclusive na tentativa de justificar as multas aplicadas não concordamos com o Sr. Diretor. No caso, um veículo que foi multado e o cidadão recorreu e foi indeferido e na justificativa dizia que o veículo pertence a uma transportadora. Ora, se o cidadão é o proprietário de transportadora e tinha o direito de reclamar contra a autuação de seu veículo.

Não estamos aqui com o propósito de defender infratores; quando errarem, devem ser punidos; mas da mesma forma como o DETRAN faz campanha pedindo a cooperação do povo, nós gostamos de lançar apelo para que o DETRAN também cooperasse com o povo. Que esta cooperação fosse mútua, não fosse apenas do povo para com o DETRAN mas que partisse do próprio DETRAN, porque o motorista é por demais sacrificado por pagar uma taxa absurda a "taxa rodoviária única", para emplacar seu carro; taxa

que teve mais de 100% de majoração. E ainda este mesmo motorista ao procurar o DETRAN às vezes é mal atendido; não recebe a atenção que todos nós desejamos para nosso povo.

Sr. Presidente srs. Deputados, agradecemos a atenção e esperamos que o DETRAN possa se aparelhar para que ele próprio faça o exame psicotécnico e que esse exame, que acreditamos não tem trazido nenhum benefício para o trânsito do Paraná, ele possa num futuro próximo atender as deficiências que se observa no tráfego em todo o Paraná.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 srs. Deputados.

Sobre a mesa. Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria dos srs. Deputados Gabriel Manoel e Emilio Carazzai constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/71, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que cria um Ginásio Estadual no Bairro da Areia, Município de União da Vitória, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/73 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 32/73, encaminhando anteprojeto de Lei que visa majorar o valor das pensões mensais de que tratam as Leis n.ºs. 4.763, de 5-11-63 e 54/63, do mesmo ano e artigo 2.º da Lei 5.155 de 16-6-65. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. COM SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, com Substitutivo.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/73, ex-Proposição n.º 20/73, da Comissão de Constituição e Justiça que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de São Mateus do Sul, Banderantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20/73, ex-Proposição n.º 22/73, da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vivida e Iguaçu, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/73, ex-Proposição n.º 78/73, da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas dos respectivos municípios aqui especificados. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 282/70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria a Escola Comercial de São João do Caiuá, para entrar em funcionamento no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 285/70, de autoria do Dep. Olívio Gabardo, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio anexo ao Grupo Escolar João Loyola, nesta Capital, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com EMENDA. — **Aprovado, Projeto e Emenda artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio em Jardim Alvorada, Cidade de Maringá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/73 de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a "Creche Nossa Senhora de Fátima", com sede na cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/73, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública a "Creche Semiramis Braga", com sede na cidade de Apucarana. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/73, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, declara de Utilidade Pública a União Beneficente "Nossa Senhora da Piedade", com sede na cidade de Marialva. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 37/73, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 4.516.022,00 (quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil e vinte e dois cruzeiros) destinado a despesas com a Fundação de Terras e Cartografia do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 44/73, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o código de vencimentos dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. PRESIDENTE — Sobre o referido Projeto, há um Requerimento de autoria do Sr. Deputado Emilio Carazzai pedindo o adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei por 15 Sessões.

Em discussão o Requerimento. — Em votação. — **Aprovado.** Consequentemente, fica retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei por 15 Sessões.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252/70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria um Ginásio Estadual, em Santo Antônio do Caiuá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 252/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Santo Antônio do Caiuá, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1970

a) — Dep. Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

É voz corrente entre as populações interioranas que para a atual geração o curso primário já é insuficiente para enfrentar a vida. Isto é fruto da nova ordem estabelecida no país, a partir da Revolução de 1964. Efetivamente a Nação foi mobilizada para se organizar, atingindo todos os setores de atividade. Graças a isto sente-se entre os habitantes de qualquer parte desse Estado o desejo de colaborar de estar ao par do progresso e caminhar com a Nação para dias melhores.

Querendo, como representante de uma faixa do Paraná Novíssimo atender essa reivindicação, propomos à consideração dos nobres Pares o presente plano de Lei, visando atender de um lado o reclamo da geração jovem e por outro colaborar para a grandeza da Pátria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 252/70

AUTOR: Deputado Wilson Fortes

SÚMULA: Cria um Ginásio Estadual em Santo Antônio do Caiuá.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimento meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar à escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão, apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, QUE PASSARÁ A DEPENDER DE RECURSOS FINANCEIROS, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4 178, em seu artigo 30, de 5 de Dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vinda aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o

artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criação, que envolve o artigo 30 da Lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralelo a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembleia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza

Acyr José

Cândido M. de Oliveira — Vencido

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 252-70

AUTOR: — Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: — Cria um ginásio estadual, em Santo Antônio do Caiuá.

PARECER

Sem entrar no mérito da criação de escolas, de acordo com os requerimentos estabelecidos pelo Ante-Projeto de Lei, ora em tramitação no Congresso Nacional, concluímos que é uma necessidade que demanda atendimento. No presente projeto não encontramos nenhuma implicação de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 1.º agosto de 1971

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Ovídio Franzoni

Santos Lima

Fuad Nachi

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 252-70

AUTOR: — Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: — Cria um Ginásio Estadual, em Santo Antônio do Caiuá.

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei ora submetido ao exame e parecer desta Comissão, é criar um Ginásio Estadual em Santo Antônio do Caiuá.

Sobre o mesmo, já opinaram favoravelmente as Doulas Comissões de Justiça e Finanças.

Quanto ao mérito da criação de escolas, que a esta Comissão cabe examinar, é uma necessidade digna de ser acolhida, pelo que concluímos pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em ...

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente e Relator

Rosário Pittelli

Alvaro Dias

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que cria um Ginásio Estadual na sede do Município de Piên. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 199-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual na sede do Município de Piên.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão a conta da verba orçamentária própria.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1971.

(a) Deputado Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA:

Existe, atualmente, no Município de Piên 23 escolas, sendo uma na sede do Município e 22 na zona rural, as quais são frequentadas por aproximadamente 1.000 alunos. Os dados estatísticos comprovam, que estas escolas eram frequentadas em 1966 por 863 alunos; em 1967 por 879; em 1968 por 911, e, em 1969 por 878. Estas crianças, tendo em vista a inexistência de um ginásio, foram obrigadas em sua grande maioria a desistirem dos estudos por falta de recursos financeiros, restando, para alguns, a possibilidade de frequentarem o ginásio no Município catarinense de São Bento do Sul. A cons-

trução do ginásio ora solicitada possibilitará a centenas de crianças o aprimoramento cultural, ensinando, simultaneamente melhores oportunidades de trabalho e consequentemente de progresso. A justificativa, inteiramente procedente, está a aconselhar a aprovação e sanção do Plano de Lei, no testemunho efetivo da preocupação e interesse do Poder Executivo pelos estudantes do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 199-71

AUTOR: — Dep. Maurício Fruct

SÚMULA: — "Autoriza o Poder Executivo a criar, através da Secretaria de Educação, um Ginásio Estadual no Município de Piên".

PARECER

Na forma do disposto no § 5.º, art. 60, do Regimento Interno, fomos designados para relatar o presente projeto de lei, tendo em vista o não aca-
tamento do que foi exarado pelo Nobre Deputado Cândido M. de Oliveira.

Opõe o Nobre Deputado, em seu parecer, o texto da Lei 4.178, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino) que diz o seguinte em seu artigo 30:

"Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação"

Invocando o dispositivo, diz o relator vênico que deveria o presente projeto ser convertido em requerimento a ser encaminhado à Secretaria de Educação.

Em primeiro plano, parece-nos que não compete a esta Comissão sugerir alternativas aos Nobres Senhores Deputados quanto às suas proposições, mas somente opinar pela sua legalidade ou não para instrução dos processos e ela submetidos. O julgamento sobre a eficácia da proposição seria assunto de plenário, onde cada Deputado, em convicção pessoal, expendiria seu voto analisando então a oportunidade ou não de transformação em Lei.

Assim definir a proposição como nócua nesta fase preliminar de instrução, seria impor um critério de julgamento do trabalho do Deputado por outros Deputados, abrindo um precedente que poderia provocar justa revolta dos criticados, para quem a Comissão de Constituição e Justiça estaria não opinando sobre legalidade mas agindo como árbitro de conduta parlamentar.

Analisamos a proposição, portanto, sob o único enfoque que nos parece permitido:

DA LEGALIDADE

1. Propõe o plano de Lei autorizar a Secretaria de Educação a criar um Ginásio Estadual no Município de Piên.

2. Diz o artigo 21 da Constituição Estadual, que compete ao Poder Legislativo:

"1 — Legislar sobre matérias de competência do Estado."

3. Sobre iniciativas vedadas ao Poder Legislativo, a Constituição do Estado se refere em seus artigos 65 e 47, nos quais dá privatividade ao Executivo para proposições que impliquem em criação ou aumento da despesa pública.

4. Parece-nos que o plano de Lei enquadra-se perfeitamente no espírito do art. 21, por ser dirigido a matéria de competência do Estado, sem conflitar com os arts. 65 e 47, por não envolver, objetivamente, criação ou aumento da Despesa Pública.

Se não vejamos:

5. Tratando-se de Lei autorizatória, propõe uma fase inicial que não implica em nenhum dispêndio financeiro. Aprovada a Lei, terá o Estado a opção de dispendir ou não a verba necessária, agindo, então, dentro de sua competência privativa. A Lei autorizatória, por tanto, oferece ao Estado a oportunidade para o investimento. Não cria ou aumenta a Despesa Pública.

6. Ultrapassado o aspecto constitucional, cabe ainda examinar o texto legal invocado pelo relator vênico, ou seja, o já mencionado art. 30 do Sistema Estadual de Ensino.

7. Diz o texto que os estabelecimentos de ensino serão criados por decreto do Executivo, por proposta da Secretaria de Educação. Aprovada a Lei proposta, seria outra a forma de criação? Não bastasse isso, há ainda outro aspecto: mesmo que a Lei pretendesse objetivamente não autorizar mas realmente criar o ginásio a que se refere, tampouco estaria cerceada esta Casa, por seus Deputados, de aprovar a proposição. Isto porque o texto do Sistema Estadual de Ensino dá um caminho para a criação dos estabelecimentos de ensino, mas não veda as outras vias para consecução do mesmo objetivo. Isto é: seria absurdo pretender que uma Lei ordinária viesse restringir o poder genérico dado à Assembleia pela Constituição que é de "Legislar sobre matérias de competência do Estado". O conhecimento básico da Hierarquia das Leis informa que aos poderes estabelecidos pela Constituição, só é possível cerceamento expresso dentro dessa própria Constituição.

Isso posto, e considerando a alta relevância da providência pretendida pelo Nobre Autor da Proposição, somos favoráveis a sua irrestrita aprovação

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1972.

(aa) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Cândido M. de Oliveira

Muggiati Filho

Paulo Camargo — Vencido

Igo Losso

Santos Lima

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 199-71

AUTOR: — Deputado Maurício Fruct

SÚMULA: — Autoriza a criação de ginásio em Piên.

PARECER

O ginásio que se pretende criar, contará de início com expressiva população escolar preparada atualmente por uma rede de vinte e três escolas de nível primário, que abrange todo o território do Município de Piên.

Há, portanto, necessidade do referido estabelecimento educacional, a fim

de proporcionar os conhecimentos subsequentes aos atuais alunos dos cursos primários.

Hoje o recurso financeiro aplicado no campo da educação é concebido como um investimento dos mais importantes, porquanto se localiza em setor de infra-estrutura sócio-econômico. Não se pensa mais, felizmente, em termos de educação como mero bem de consumo oferecido apenas aos possuidores do poder aquisitivo.

Por essa razão, do ponto de vista financeiro o projeto contém medida que representa excelente investimento público.

Opino pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 4 de julho de 1972.

(aa) Fuad Nacii — Presidente
Antônio Belinati — Relator
João Fadel
Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 199-71

AUTOR: — Deputado Maurício Fruet

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a criar um Girásio Estadual na sede do Município de Piên.

PARECER

1.) O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

2.) Ouvida a Comissão de Finanças, nada se lhe opôs.

3.) No que diz respeito a esta Comissão de Instrução Pública, tratando-se de iniciativa meritória e oportuna, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em ... de outubro de 1972.

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente e Relator
Arizone Araújo
Rosário Pitelli
Alvaro Dias

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176-72, de autoria do Dep. Cândido Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo, doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "HUBERWARCO", como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. em regime de urgência. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 176-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "HUBERWARCO", ano de fabricação 1.962, retificada totalmente por aquela Prefeitura, onde presta serviços há mais de três (3) anos.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1972.

(aa) Cândido M.M. de Oliveira — Deputado

JUSTIFICACÃO:

A motoniveladora que se pretende doar à Prefeitura do Município de Quedas do Iguaçu, através do presente plano de lei, vem prestando assinalados serviços àquela comunidade, há mais de três (3) anos.

Ocorre que a referida máquina, não se encontrando em condições previstas de funcionamento, teve que sofrer os necessários reparos, para poder cumprir a sua finalidade, arcando a Prefeitura de Quedas do Iguaçu com as respectivas despesas.

Nessas condições, parece-nos justo que se transfira, para aquela Municipalidade, a propriedade da referida máquina, levando-se em conta o tempo de serviço ali prestado e os gastos com a mesma realizados pela Prefeitura de Quedas do Iguaçu, possibilitando-se, sobretudo, que as obras programadas não sofram solução de continuidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 176-72

AUTOR: — Dep. Cândido M. M. de Oliveira.

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, a Motoniveladora como especifica.

PARECER

Visa o Deputado autor do Presente Plano de Lei doar à Prefeitura de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "HUBERWARCO", ano de fabricação 1.962 que se encontra prestando serviços aquela Prefeitura há mais de três anos.

Nada há contrariar os termos da matéria em pauta, que em nada contraria a Constituição, uma vez que somente autoriza o Governo do Estado a fazer a doação.

Nestas condições opinamos pela sua aprovação.

Este é o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de dezembro de 1972.

(aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente
Muggiati Filho — Relator
Emílio Carazzai
Igo Losso
Cândido M. M. de Oliveira
Maurício Fruet
Santos Lima
Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 176-72

AUTOR: — Dep. Cândido M. M. de Oliveira.

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Muni-

cipal de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "HUBERWARCO", ano de fabricação 1962, retificada totalmente por aquela Prefeitura, onde presta serviços há mais de três anos.

PARECER

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Cândido M. M. de Oliveira, visa autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, a motoniveladora marca "HUBERWARCO", fabricada em 1962 e retificada totalmente pela Prefeitura do referido Município, onde presta serviços há mais de três anos.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, já manifestou-se pela aprovação do Projeto.

Por se tratar de mera medida autorizatória, quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não vemos qualquer óbice que se lhe anteponha.

Destarte, opinamos pelo acolhimento do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973.

(aa) Quiêse Crisóstomo da Silva — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Francisco Escorsin
Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11-73, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convenio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do D.E.R., para construção de uma Ponte com 54 metros de vão, sobre o Rio São Jerônimo, no referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. Em regime de urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 11-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Autoriza o Poder Executivo Estadual, a celebrar um convênio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, para construção de uma ponte de concreto armado no rio São Jerônimo, município de Assaí, com o vão de 54 metros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1973.

(a) Deputado Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

As chuvas torrenciais e incessantes, destruíram a ponte no rio São Jerônimo, no Município de Assaí. O orçamento elaborado para construção da nova ponte de concreto, atinge aproximadamente a duzentos e cinquenta mil cruzeiros. A municipalidade de Assaí, diante da redução brutal do ICM, para o exercício de 1973, que atingiu um percentual de 89,84%, não tem condições financeiras para execução de tal obra, indispensável à região, em razão de que, se solicita a celebração de um convênio com o DER., para que tal obra possa ser executada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 11-73

PARECER

I — De autoria do ilustre Deputado Francisco Escorsin, o presente plano de Lei autoriza o Poder Executivo a celebrar convenio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do D.E.R., para construção de uma ponte de concreto armado no rio São Jerônimo, município de Assaí.

II — O Projeto vem articulado e justificado como exige o Regimento Interno da Casa, e não fere nenhum dispositivo legal ou constitucional. Pela aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973

(aa) Erondy Silvério — Relator
Ivo Thomazoni
Ovidio Franzoni
Igo Losso
Wilson Fortes

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 11-73

Súmula: — Autoriza o Poder Executivo a celebrar convenio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do DER., para construção de ponte sobre o Rio São Jerônimo, e dá outras providências.

PARECER

1.) O presente projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, que trata de matéria de indiscutível interesse público, não colide com nenhum dispositivo legal e tem condições de ser votado e aprovado após ouvidas as demais duntas Comissões Técnicas.

2.) Pela aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973

(aa) Quiêse Crisóstomo da Silva — Presidente
João Fadel — Relator
Gilberto Carvalho
Alvaro Dias
Francisco Escorsin

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 11-73

1.) O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, visa autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com a Prefeitura Municipal de Assaí, por intermédio do Departamento de Estradas do

Rodagem, para construção de uma ponte de concreto armado sobre o rio São Jerônimo, Município de Assaí.

2.) Referida proposição já foi examinada pelas doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, com pareceres favoráveis.

3.) A construção da referida ponte pela Municipalidade de Assaí, é um encargo quase impossível, pelos poucos recursos financeiros, materiais e técnicos, como preconiza o ilustre autor na justificação do Projeto, que ora examinamos nesta Comissão.

4.) Quanto ao mérito que cabe examinarmos, não vemos qualquer impedimento na sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 8 de maio de 1973.

(aa) Borsari Netto — Presidente
Lázaro Dumont — Relator
Antônio Belinati
Arthur de Souza

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 34-73, de autoria do Dep. Jose Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo, da Cidade de Arapongas. Parecer favorável da C.C.J. Em regime de urgência — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 34-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Arapongas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1973

(aa) Dep. Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, através do presente plano de lei, tem sua sede e foro na cidade de Arapongas e vem, desde 1966 prestando serviços, de forma desinteressada, à população do aludido município.

Além do mais, o Lar São Vicente de Paulo tem seu estatuto devidamente registrado sob número 33, às fls. 80 do livro "A", do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da comarca de Arapongas; presta serviços de real utilidade pública à comunidade daquela cidade há mais de dois anos, estando, por via de consequência, em pleno funcionamento; e, os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo ou forma de remuneração.

Assim, pois, dita entidade assistencial preenche, "data venia", todos os requisitos necessários para ter sua declaração de utilidade pública declarada.

Em face de tais considerações, apresentamos o presente projeto de lei à apreciação de nossos ilustres Pares, esperando se lhe de o indispensável apoio e a aprovação final.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 34-73

PARECER

1. O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado José Muggiati Filho, visa declarar de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo com sede e foro na cidade de Arapongas.

2. A Lei Federal, que regula a declaração de utilidade pública, exige que, somente poderão ser declaradas como tal as sociedades civis, as associações e fundações, desde que comprovem: a) — que adquiriram personalidade jurídica; b) — que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade e; c) — que os cargos da sua diretoria não são remunerados.

3. Examinando o Estatuto da entidade, em foco, verificamos que a mesma preenche aos requisitos exigidos pela lei que regulamenta a matéria.

4. Assim sendo, não vemos qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, razão pela qual somos favoravelmente à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1973.

(aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente
Ovidio Franzoni — Relator
Nelson Buffara
Erondy Silvério
Antonio Lopes Jr.
Paulo Camargo
Ivo Thomazoni
Igo Losso
Sebastião Rodrigues
Quilse Crisostomo da Silva

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pirajá Alípio Araújo, ocorrido na cidade de Palmas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pirajá de Araújo, ocorrido em Palmas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, Constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 26-70, de autoria do Sr. Deputado João Mansur. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, lido da Tribuna, solicitando Moção de solidariedade ao Colorado Esporte Clube pela posição assumida de retirar a sua equipe principal da disputa do Campeonato Paranaense de Futebol, solicita, ainda, que sejam encaminhados Telex aos Srs. Presidente da República, ao Ministro da Educação, ao Presidente da C.N.D., e ao Presidente da C.B.D., pedindo que sejam estabelecidos critérios justos na escolha dos participantes do Campeonato Nacional. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Telepar, no sentido de que seja estendida a rede de telefones até o Município de Querência do Norte. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, no sentido de que sejam tomadas providências que se fizerem necessárias, para combater a erosão que de há muito vem trazendo sérios prejuízos ao Município de Munhoz de Mello. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, solicitando dispensa de publicação de Redação Final, do Projeto de Lei n.º 46-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada na forma do Art. 150, do Regimento Interno, solicitando seja designada uma Comissão composta por 2 (dois) Srs. Deputados, para representar este Poder, na posse do Sr. Hector Cámpora, na Presidência da República da Argentina. — Em discussão.

O SR. IVO TOMAZONI — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados

Inicialmente devo afirmar que nenhuma pretensão me traz à Tribuna contrária à proposição do Sr. Deputado Antônio Belinati. Todavia o requerimento de S. Exa. traz um vício de inconstitucionalidade. O art. 16 da nossa Carta Estadual, em seu VIII, diz:

"Não serão subvencionadas viagens de Deputados ao exterior, salvo no desempenho de missão temporária, de caráter diplomático ou cultural, mediante prévia designação do Poder Executivo e concessão de licença pela Assembléia Legislativa".

Tão somente vício de inconstitucionalidade é que venho à Tribuna para dizer que votarei contra a proposição de S. Exa., o Sr. Deputado Antônio Belinati, muito embora pretendesse S. Exa. o estreitamento de nossas relações de amizade com o País vizinho da República da Argentina.

Por essas razões votarei contra o Requerimento. Poderia o Deputado proponente afirmar, talvez, que esta é uma missão que tem caráter diplomático, todavia só poderiam ser subvencionadas missões de caráter temporário. Não é o caso porquanto seria uma mera representação do Poder a uma solenidade que o Sr. Deputado alude, ou seja assistir a posse do novo Presidente daquela República irmã. Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Requerimento.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs Deputados.

Lamentavelmente o Sr. Deputado Ivo Tomazoni ao discutir nosso Requerimento quis dar assim uma interpretação que para a opinião pública pudesse colocar este Deputado em situação, até certo ponto, ridícula.

Gostaríamos de lembrar aqui um assunto interno, que talvez não devesse ser abordado, mas trago à baila para justificar nosso Requerimento e para contestar o Deputado Tomazoni.

Segundo informações do Sr. 1.º Secretário da Casa, nenhuma viagem de Deputado é remunerada pela Assembléia Legislativa.

Quando solicitamos esta representação, não foi com o propósito de onerar os cofres públicos. Aquele que desejou integrar esta comitiva terá que custear as despesas de seu próprio bolso, de sua verba.

Lamentavelmente pudemos verificar que o ilustre Deputado Ivo Tomazoni depois que passou a estudar Direito no interior de Miras, deu interpretação de inconstitucionalidade ao nosso requerimento e está totalmente fugindo ao sentido daquilo que pretendemos, ou seja, o prestigiamto da Assembléia Legislativa, a acontecimento tão importante que é exatamente a posse do Presidente da Argentina prevista para o próximo dia 25.

Se formos analisar as leis, elas são rigorosas e estabelecem uma série de proibições, até mesmo viagens de Deputados para outros Estados usando às vezes a própria Assembléia Legislativa, usando o veículo da própria Assembléia Legislativa e, quem sabe, os próprios recursos da Assembléia Legislativa, em viagens que nada teriam a ver com o Poder Legislativo. Portanto nós gostaríamos então, forçados pelas circunstâncias de dizer aqui a razão que nos levou a apresentar este Requerimento, que não traz para a Assembléia qualquer ônus, mas sim o propósito de prestigiar um acontecimento que será também prestigiado pelo Governo Federal, que já designou a sua representação. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, tenho a impressão de que quando um Deputado da ARENA pretende votar segundo a sua consciência e acima de tudo respeitando dispositivo constitucional, é motivo de chacota de Deputado menos responsável, Sr. Presidente.

Devo dizer primeiramente, eu não disse da Tribuna, carece de vícios de técnica de elaboração legislativa o Requerimento do nobre Deputado Antônio Belinati — ele deveria fazer menção, é um princípio regimental, Sr. Presidente, às custas de quem a viagem haveria de se realizar.

Mas não foi esse o motivo que nos levou à Tribuna.

Nós temos normas, e o Itamarati tem normas rígidas quanto à representação brasileira diplomática, às comemorações, de Nação para Nação. Não compete a esta Casa, Sr. Presidente, extravasar poder este Legislativo, pretendendo enviar oficialmente representantes seus a uma solenidade em País, atualmente disciplinado pelo Ministério de Relações Exteriores.

Era o que cabia afirmar, Sr. Presidente.

Quanto à leviana insinuação de Sua Excelência de que eu estou fazendo Direito numa cidade do Sul de Minas, pretenderia afirmar que ela é bem melhor que a Faculdade que Sua Excelência por ventura esteja frequentando.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, ainda com respeito ao nobre Deputado Ivo Tomazoni, gostaria que constasse nos Anais que nós somos bastante responsáveis, estamos cientes do nosso dever, de nossa obrigação, e, se dissemos que não há nenhuma despesa de viagem paga pela Assembléia Legislativa, foi baseado no próprio esclarecimento do Deputado Jorge Sato que modificou o sistema.

Com respeito à eventual Faculdade a que se refere o nobre Deputado Ivo Tomazoni, nós não estamos cursando nem aqui, nem fora e naturalmente não sabemos se a dele é boa, ou não. O fato do Deputado estar estudando em Minas Gerais não é demérito, é apenas um esforço de Sua Excelência. Seria pior, se Sua Excelência estudasse em Minas, usando recursos da Assembléia.

É até um mérito que cabe a Sua Excelência.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, estou cansado de insinuações maldosas. A insinuação que acaba de fazer o Deputado Antônio Belinati é mais uma vez maldosa e feita em tom jocoso. Eu nunca faltei com o respeito a Sua Excelência. Fui, respeitoso, à Tribuna, dizer

das razões que me levaram a votar contra o presente requerimento. A técnica legislativa determina que, na elaboração de Requerimento desta natureza — é histórico nesta Casa que assim se faz — que conste do bojo do Requerimento SEM ÔNUS AO PODER LEGISLATIVO.

Sua Excelência insinuou maldosamente que eu tenho ido a Minas. Vou sempre, sou talvez um dos alunos mais assíduos daquela Faculdade. Vou às minhas expensas, com o meu carro, que este ano já rodou 12.000 k, e, se Sua Excelência pretende afirmar que eu tenho ido com carros da Assembléia do Estado, se é insinuação que a retire, se for afirmação ele que a prove.

Estou cansado de ser joguete aqui, também nas mãos de Sua Excelência — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicitaria de V. Exa. a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação solicitada. Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, queiram levantar-se. 9 Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 14 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado o Requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente de Sessão anterior, com a sua discussão adiada para a Sessão de hoje, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro das Comunicações, no sentido de que seja disciplinada a aplicação de fundos arrecadados pelos concessionários de telecomunicações através de auto-financiamento. — Rejeitado.

O SR. MAURICIO FRUET — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria que a Mesa nos informasse, qual dos dois Requerimentos que foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao Nobre Deputado que colocou em votação o Requerimento de n. 1, que solicita o encaminhamento de expediente ao Sr. Ministro das Comunicações Higino Corsetti. (Lê o expediente).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu tenho a impressão, Sr. Presidente, que a Casa votou errado. Sabemos que o nobre Líder do Governo se instruiu, não digo com o Governador, porque não acredito que o Sr. Governador Parigot de Souza, que diz ser um homem honesto, não queira que esta Casa receba informações quanto a boa ou má aplicação do dinheiro arrecadado. Não creio que esta Casa tivesse rejeitado um simples apelo do Ministro de Comunicações para que discipline a aplicação do dinheiro do povo nas campanhas de auto-financiamento de telefones em todo o País, a fim de que não se verifique, em outros Estados, e no próprio Paraná, em outras ampliações que venha a Telepar fazer, o que está acontecendo agora; que o dinheiro arrecadado do povo, depositado em conta bloqueada no Banco do Estado, em 11 meses, 5 milhões de cruzeiros, rendeu apenas 17 mil, nem 3% ao ano. Porque a nossa luta é em favor do povo curitibano, para que o povo tendo seu dinheiro bem aplicado pelo Poder Público, e recebendo dividendos de sua justa aplicação, tenha o preço do seu telefone diminuído.

Esta a nossa campanha que não parece estar sendo bem entendida pelo Governo. Se o telefone custa 4 mil e 200 cruzeiros à vista e se o povo adianta o dinheiro para o Governo comprar esses telefones, eu pergunto: é justo que o povo pague e sofra a correção monetária sobre o seu próprio investimento, quando esse dinheiro devia estar bem aplicado em Open Market, ou na bolsa, em qualquer aplicação segura para que o rendimento pudesse provocar a diminuição do custo do aparelho telefônico.

É esta, exclusividade, a nossa luta. Lamentamos profundamente que a Liderança do Governo, cujo papel compreendemos e respeitamos, porque já fui Líder do Governo; lamento que tenha rejeitado um nosso pedido de informações para que a resposta viesse completa. Porquanto o Sr. Secretário de Viações e Obras não as completou, mandando-as a esta Casa, fazendo remissão a outros pronunciamentos, a notas taquigráficas que não conferem com as perguntas feitas.

A pergunta primordial não foi respondida, porque questões de ética — ética que desconhecemos — quando se trata de aplicação do dinheiro público: não citamos o nome do causidico — isto sim, seria falta de ética — o nome do advogado que recebeu uma quantia que vou dizer aqui; são 100 mil cruzeiros. Enquanto o Governo não paga zeladoras, a Telepar paga 100 mil cruzeiros e bota no bolso de um advogado para contestar uma simples exibição de documentos. É isto que o Governo não quer que o povo saiba: que um advogado custou 100 mil cruzeiros — 100 mil cruzeiros. Srs. Deputados, para contestar uma ação e as zeladoras estão passando fome. É isto que o Governo está escondendo do povo. Mas não esconderá do Sr. Presidente da República. É já que esta Casa se furtou ao envio das notas taquigráficas ao Sr. Ministro, eu o farei do meu próprio bolso, chegará às mãos do Sr. Presidente da República, para saber que o Deputado Arnaldo Busato tinha razão quando fez aquele pronunciamento na Câmara Federal contra o descabimento que se encontra no Paraná; para ele saber que, aqui não é tudo um mar de rosas; para ele saber que algo está errado e algo está podre no reino do Sr. Pedro Parigot de Souza.

Portanto, farei chegar às mãos do Sr. Presidente da República, às mãos do Sr. Ministro da Justiça; às mãos do Sr. Comandante da 5a. Região Militar, às mãos do Sr. Chefe do Serviço Nacional de Informações, as informações que um advogado recebeu 100 mil cruzeiros para uma simples contestação. É isto que a Casa quis se furtar.

Sr. Presidente, tenho a impressão — ainda fazendo justiça aos nobres Srs. Deputados, — ao patriotismo dos Srs. Deputados, — que votaram errado. Não posso acreditar que esta Casa — V. Exa., Sr. Presidente, por gentileza, faça passar às minhas mãos o meu Requerimento. Não posso acreditar, Sr. Presidente, que os nobres Srs. Deputados, homens de bom senso, legítimos representantes do povo do Paraná, homens que, acima de tudo, têm uma elevada dose de patriotismo, tantas e tantas vezes demonstrada, tenham rejeitado este Requerimento que diz o seguinte: (Lê)

“O Deputado que adiante subscreve, usando prerrogativas regimentais requer à Mesa seja encaminhado Expediente ao Exo. Ministro das Comuni-

cações, Professor Higino Corsetti, solicitando de S. Exa. que discipline a aplicação de fundos arrecadados pelas concessionárias de telecomunicações. através de sistema de auto-financiamento”

Mas, meu Deus do Céu! Disciplinar para que não se pegue dinheiro do povo e se ponha para fechar buracos em contas do Bancos do Estado do Paraná. Não é possível que a Casa rejeite Requerimento desta natureza.

Em primeiro lugar acatei ontem a decisão da Mesa, pelo alto respeito que me merecem seus membros, mas isto não precisava ser votado.

Em segundo lugar, aceito perfeitamente a posição do Líder do Governo, um moço brilhante, uma das esperanças do Paraná. Já fui líder do Governo e compreendo, portanto, sua missão. Mas não pode a Casa ficar desmoralizada com respostas irônicas dadas pelo Secretário de Viação e Obras Públicas. Esta Casa está amparada pela Constituição, a solicitar informações.

V. Exa. sabe que o Presidente não é só para receber honras e benesses do Poder, mas é para ter a responsabilidade de zelar pelo bom nome do Poder Legislativo. Pelo menos é o que preceitua o Regimento Interno, quando diz: “Cabe ao Presidente da Casa zelar pelo bom nome, zelar pelo prestígio do Poder Legislativo. E V. Exa. está no dever e na obrigação de cumprir dispositivo regimental — que me falha agora, mas que trarei logo a V. Exa.

Portanto, encaminho ainda este requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, tendo em vista que as respostas do Poder Executivo, ao Pedido de Informações, formulado por esta Casa, em relação ao problema do serviço telefônico da Capital, são insuficientes, pouco esclarecedoras e prestadas fora do prazo, requer que a Mesa tome as providências cabíveis para assegurar a este Poder, no caso, o alcance de suas finalidades fiscalizadoras, estabelecidas na Constituição vigente.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1973

(a) Erondy Silvério”

Sr. Presidente, é a bomba que passo às mãos de V. Exa. E V. Exa. que, daqui para frente, vai ter que zelar pelo cumprimento daquilo que a Casa aprovou. Tenho certeza de que V. Exa. cumprirá airoosamente com seu dever porque foi, na feliz gestão de 30 dias de V. Exa., que esta Casa teve liberdade de encaminhar quantos pedidos de informações fossem necessários ao Governo do Estado.

Consultei a V. Exa. se deveria encaminhar este pedido e V. Exa., como bom patriota, como bom Governo que era, disse: “Perfeitamente. O Governo é um Governo de portas abertas”.

Porisso encaminhei e foi aprovado por esta Casa e hoje, estranhavelmente, a Casa rejeita a complementação ao mesmo pedido.

Tenho confiança de que V. Exa., que tão bem governou este infeliz Estado por 30 dias, saberá compreender, saberá manter intacto o prestígio do Legislativo do Paraná.

É o requerimento que passo às mãos honradas de V. Exa. e que não precisa de votação de maioria ou de minoria. — (Sem revisão do orador)

O SR. CANDIDO M. DE OLIVEIRA — (Pela ordem). Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — Primeiramente, pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, ficou prejudicada minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cândido M. de Oliveira.

O SR. CANDIDO M. DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem não para fazer, neste instante, o encaminhamento de votação a uma justificativa, por não ser a hora própria regimentalmente, mas apenas para informar à Casa que o eminente Deputado Erondy Silvério, quando se rebelou contra a votação da maioria desta Casa e lê trecho de seu Requerimento que teve a sua negativa aprovada por esta Casa, esqueceu-se de ler a complementação onde diz, além do que S. Exa. leu: Requer, ainda acompanhe tal expediente cópia literal das razões que acabam de ser expostas como justificativa”.

Não nos rebelamos que haja um apelo desta Casa ao Ministro de Comunicações, no sentido de que seja regulamentada a aplicação dos recursos colhidos pelo Fundo Telefônico, mas nos rebelamos que parta desta Casa um pronunciamento pessoal de S. Exa. como endossado por toda a Bancada da ARENA e do Governo nesta Casa. Creio realmente que é possível que exista alguma coisa de poder no Estado do Paraná quando vemos que todas as ações da Standard Elétric vão para o mesmo Juízo, para a 16a. Vara Cível. Foi distribuída notificação em 7 de março; foi pedido exibição de documentos em 12 de março; o mandado de segurança é de 15 de março. Sendo as três Varas competentes para julgar feitos dessa natureza, são sempre julgadas pelo mesmo Juiz.

Está em nossas mãos todos os documentos, os quais passo a V. Exa., Sr. Presidente, de aplicação dos fundos telefônicos recolhidos pela Telepar. Tenho documentos onde se comprova que os juros auferidos são na ordem de 15% ao ano e não apenas de 3% e foram aplicados em Letras do Tesouro Nacional. Se alguém acha que as Letras do Tesouro Nacional estão mofando no Banco onde estão guardadas, é problema do Ministério da Fazenda e não desta Casa.

A Bancada do Governo vota contra os dois requerimentos de V. Exas. o Sr. Deputado Erondy Silvério, exercendo o direito que tem de votar livremente, como reconhecemos em S. Exa. o direito que tem de protestar e encaminhar, pelas vias que entender convenientes, às mais altas autoridades deste País, os documentos que desejar. — Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, embora sabendo que estou ferindo o Regimento da Casa, não poderia deixar passar a mais leve insinuação do Líder do Governo quanto à minha atuação no episódio da ampliação da rede telefônica de Curitiba. Não estamos defendendo a Standard Elétric, nem estamos a serviço dos “trusts” estrangeiros. Estamos com o povo de Curitiba.

Se o nobre Líder do Governo acha que receber 117 mil cruzeiros em dez meses para a aplicação de cinco milhões de cruzeiros, é aplicação sadia. É problema dele que está contra o povo; se o Líder do Governo acha que o Juiz da 16a. Vara Cível é corrupto, é problema dele, não meu. Não estou a serviço de nenhum grupo estrangeiro, estou a serviço do povo que me paga; estou me rebelando contra os preços dos telefones e não para quem vão outorgar a concessão da ampliação da rede telefônica. Por mim podem tutor-

gar a quem quer que eles queiram, apenas quero que o preço que o povo paga seja o preço justo.

Assim é, Sr. Presidente, que não recebo insinuações de quem quer que seja sobre a minha honestidade pessoal, e não admito que o Líder do Governo venha fazer essas insinuações que estou a serviço da Standard Eletric, não admito. Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Dando cumprimento a solicitação do Sr. Deputado Maurício Fruet, vamos proceder a verificação requerida. Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério, queiram se levantar. 10 Srs. Deputados aprovam. Os Srs. Deputados que rejeitam o Requerimento, queiram se levantar. 16 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado o Requerimento n. 1.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada para a Sessão de hoje, na forma do Art. 150, do Regimento Interno, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar ao Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, responder às perguntas formuladas a Requerimento. — Rejeitado o Requerimento n. 2.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna, solicitando à Mesa, providências cabíveis a este Poder, tendo em vista que as respostas do Pedido de Informações, formulado por esta Casa, em relação ao problema telefônico da Capital, são insuficientes, pouco esclarecedoras e prestadas fora do prazo. — A consideração da Comissão Executiva.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 146-71, 46-73 e dos Projetos de Resolução n.os 19-73, 20-73 e 21-73.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 282-70, 285-70, 167-71, 19-73, 20-73, 21-73, 57-73 e 59-73.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 252-70, 199-71, 176-72, 11-73 e 34-73.

Levanta-se a Sessão.